



**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE**  
**Rua Princesa Isabel, 410 - Boa Vista – Recife – PE**  
**Unidade de Material e Patrimônio**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**FORNECIMENTO MENSAL DE ÁGUA MINERAL, CAFÉ EM GRÃOS E AÇÚCAR**

**1. OBJETO**

Este documento tem como objeto o fornecimento MENSAL de garrações de água mineral, café em grãos e açúcar, por um período de 12 (doze) meses, para suprimento das necessidades do Edifício. Sede e Anexos, atendendo aos diversos departamentos da Câmara Municipal do Recife.

**2. JUSTIFICATIVA**

Considerando a importância da preservação do bem-estar e saúde dos funcionários desta Casa Legislativa;

E considerando também a manutenção do bom clima organizacional e da satisfação no cumprimento de necessidades fisiológicas como fatores primordiais para o bom desempenho das atividades realizadas diariamente.

O fornecimento mensal de água mineral, café em grãos e açúcar visa atender às necessidades do funcionamento da Câmara Municipal do Recife, mantendo abastecidos os Edifícios Sede e Anexos.

**3. ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS**

Os produtos a serem fornecidos deverão obedecer rigorosamente às especificações e quantitativos estabelecidos, conforme descrição abaixo:

**3.1) LOTE 01 - BOTIJÕES DE ÁGUA MINERAL** – Água mineral natural sem gás, obtida diretamente de fontes naturais ou artificialmente captadas, de origens subterrâneas, caracterizadas pelo conteúdo definido e constante de sais minerais (composição iônica) e pela presença de oligoelementos e outros constituintes, de acordo com a resolução – RDC 275 de 22 de setembro de 2005 – ANVS – M.S.

**A) EMBALAGEM** - A água virá envasada em garrações, cedidos em regime de comodato, confeccionados em material elaborado com substâncias resinosas e/ou poliméricas, obedecidos aos critérios da Resolução 105/99 ANVS – M. S. A embalagem para envase de água deve possuir aprovação pela autoridade competente, com volume envasado de 20 (vinte) litros, conforme Lei nº 14.826, de 08 de novembro de 2012, rotulado pelo Departamento Nacional de



**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE**  
**Rua Princesa Isabel, 410 - Boa Vista – Recife – PE**  
**Unidade de Material e Patrimônio**

Produção Mineral – DNPM de acordo com a Portaria nº 470 de 24 de novembro de 1999 - MME, Portaria INMETRO nº 157 de 19 de agosto de 2002 e Portaria INMETRO nº 045 de 24 de fevereiro de 2003, com tampa plástica sob pressão e lacre com a marca da água.

**B) CARACTERÍSTICAS**

**i) Características Sensoriais, Físicas, Químicas e Físico-Químicas:**

Aspecto: Límpido

Odor: Característico

Sabor: Característico

Cor: Máximo 5 Uh (Unidade de Escala Hazen)

Turbidez: Máximo 3,0 Uh (Unidade Jackson ou nefelométrica de turbidez)

**ii) Características Microbiológicas:**

Na fonte, poço ou local de surgência e na sua comercialização, a água mineral natural deve ser de tal qualidade que não apresente risco a saúde do consumidor (ausência de microorganismos patogênicos) e estar em conformidade com as características microbiológicas definidas na Resolução RDC 275 de 22 de setembro de 2005 – ANVS – Ministério da Saúde.

**iii) Contaminantes:**

Obedecidos aos limites máximos da Resolução RDC 275 de 22 de setembro de 2005 – ANVS – Ministério da Saúde.

**C) QUANTIDADE**

Item	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Quant. Mensal	Quant. 12 meses
01	Água Mineral – botijão com 20 litros	Unidade		400	4.800
				<b>Total Mensal:</b>	
				<b>Total para 12 Meses:</b>	

**D) ESPECIFICAÇÕES**

i) Para oferta de água mineral, deverá ser apresentado Laudo de Análise Microbiológica realizado por laboratório credenciado pela ANVISA. O laudo referente ao Relatório de Ensaio deverá ter sido emitido há no máximo 30 (trinta) dias, contados retroativamente da data da sessão inaugural deste certame. O Laudo deverá indicar a marca da água mineral examinada e sua conclusão deverá expressamente mencionar que a **amostra coletada é satisfatória, quanto aos padrões de qualidade para água mineral e a água mineral está em conformidade com a**



**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE**  
**Rua Princesa Isabel, 410 - Boa Vista – Recife – PE**  
**Unidade de Material e Patrimônio**

**Resolução RDC nº. 275, de 22 de setembro de 2005, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Ministério da Saúde.** O Relatório de Ensaio deverá informar expressamente que o interessado na realização do ensaio é a CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE.

**ii)** A empresa fornecedora deverá observar as disposições contidas na Lei nº 14.826, de 08 de novembro de 2012, e alterações posteriores, que disciplina o uso dos vasilhames plásticos retornáveis utilizados no envasamento, industrialização e comercialização de água mineral no Estado de Pernambuco.

**iii)** O rótulo a ser utilizado no envasamento de água mineral deverá ser aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, de acordo com a Portaria nº 470 de 24 de novembro de 1999 - MME, Portaria INMETRO nº 157 de 19 de agosto de 2002 e Portaria INMETRO nº 045 de 24 de fevereiro de 2003. Deverão constar os seguintes elementos informativos:

- a) Nome da fonte;
- b) Local da fonte, Município e Estado;
- c) Classificação da água;
- d) Composição química, expressa em miligramas por litro, contendo, no mínimo, os oito elementos predominantes, sob a forma iônica;
- e) Características físico-químicas na surgência;
- f) Nome do laboratório, número e data da análise da água;
- g) Volume expresso em litros ou mililitros;
- h) Número e data da concessão de lavra, e número do processo seguido do nome “DNPM”;
- i) Nome da empresa concessionária e/ou arrendatária, se for o caso, com o número de inscrição no cadastro nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, do Ministério da Fazenda;
- j) Duração, em meses, do produto, destacando-se a data de envasamento por meio de impressão indelével na embalagem, no rótulo, ou na tampa.

**iv)** Para efeito de fornecimento, deverá o fornecedor apresentar cópia autenticada dos seguintes documentos:

- a) Licença de funcionamento expedida pela Secretaria de Estado da Saúde ou Secretaria Municipal de Saúde da Região da Engarrafadora;
- b) Licença de funcionamento expedida pela Secretaria de Estado da Saúde ou Secretaria Municipal de Saúde da Região da Distribuidora;
- c) Cópia da publicação em DOU do número de Registro no MS;
- d) Laudo de análise atualizado expedido pelo DNPM ou laboratório por ele credenciado - LAMIN (LABORATÓRIO DE ANÁLISES MINERAIS) / Adolfo Lutz, conforme Resolução RDC nº 54/00 - ANVS - Ministério da Saúde;



**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE**  
**Rua Princesa Isabel, 410 - Boa Vista – Recife – PE**  
**Unidade de Material e Patrimônio**

e) Rótulo com o carimbo de aprovação pelo DNPM ou documento de aprovação do órgão competente (Portaria nº 470/99 – MME).

**3.2) LOTE 02 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS**

Item	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Quant. Mensal	Quant. 12 meses
1	Açúcar cristal, branco, de origem vegetal - embalagem com 1kg	Unidade		270	3.240
2	Café em grãos, torrado, tipo tradicional, em embalagens de 250g	Unidade		60	720
			<b>Total Mensal:</b>		
			<b>Total para 12 Meses:</b>		

**4. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

A empresa vencedora deverá entregar os produtos solicitados na Unidade de Material e Patrimônio da Câmara Municipal do Recife, situada à Rua Princesa Isabel, nº 410, Boa Vista, Recife – PE, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 às 17:00 horas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da data de solicitação.

**5. PROPOSTA DE PREÇO E JULGAMENTO**

A classificação far-se-á pela ordem crescente dos preços propostos e aceitáveis, entre os licitantes que tiverem atendido às Especificações e Anexos do Edital, dessas, será declarada vencedora a que ofertar o **MENOR PREÇO POR LOTE**.

Para efeito do valor a ser cotado pela contratada, a licitante deverá observar todos os parâmetros, condições e exigências deste Termo de Referência, sendo de inteira responsabilidade da Contratada, todos os encargos, tributos e contribuições, tais como: impostos, taxas, emolumentos, seguros, encargos sociais ou outros que decorram direta ou indiretamente do contrato, bem como oriundos de quaisquer acidentes e/ou danos causados à Contratante ou a terceiros.



**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE**  
**Rua Princesa Isabel, 410 - Boa Vista – Recife – PE**  
**Unidade de Material e Patrimônio**

## **6. APRESENTAÇÃO DO PREÇO**

A licitante deverá apresentar sua Proposta de Preços atualizada, com os respectivos valores em papel timbrado da empresa, devidamente assinada e rubricada pelo representante legal, com local e data, contendo:

- a. O valor total em Real (R\$), com o máximo de duas casas decimais, sobre os valores ofertados apresentando:
  - i) As planilhas com os respectivos valores unitários e totais de cada item;
  - ii) Os valores mensais e totais para 12 meses de cada lote;
- b. O prazo de entrega dos produtos, contados a partir da data de solicitação;
- c. Nome e assinatura do representante legal da empresa;
- d. Dados cadastrais da empresa (CNPJ, endereço, número de telefone e e-mail para contato);
- e. O prazo de validade da proposta, não inferior a 30 (trinta) dias, contados da data de sua apresentação.

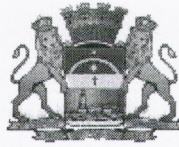
## **7. PAGAMENTO**

O pagamento dar-se-á pelo Departamento de Finanças da Câmara Municipal do Recife, de forma parcelada, conforme solicitação do setor responsável, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da entrega dos produtos, condicionado, todavia, à juntada simultânea dos seguintes documentos:

- Nota Fiscal/ Fatura original da Contratada devidamente atestada pelo fiscal do contrato;
- Certidões de Regularidade com os tributos federais, estaduais e municipais pertinentes.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 8.1. Fornecer os produtos em total conformidade com o disposto neste Termo de Referência, conforme autorização e orientação da CONTRATANTE;
- 8.2. Indenizar quaisquer prejuízos causados à CONTRATANTE em decorrência da não observância do disposto no presente contrato;
- 8.3. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.4. Manter preposto, indicado na proposta e aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do contrato, informando, previamente, eventuais mudanças e indicando o substituto;
- 8.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do



**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE**  
**Rua Princesa Isabel, 410 - Boa Vista – Recife – PE**  
**Unidade de Material e Patrimônio**

contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução;  
8.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE sobre os objetos ofertados, bem como comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente.

**9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 9.1. Efetivar a satisfação do crédito da Contratada, nos precisos termos dispostos no presente contrato;  
9.2. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela Contratada e, pertinentes ao objeto do presente contrato;  
9.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste contrato através do Fiscal de Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário.

**10. FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A execução dos serviços será fiscalizada pelo fiscal do contrato a ser designado mediante Termo pelo Primeiro Secretário. O fiscal anotará em livro próprio os acontecimentos considerados relevantes, bem como as providências tomadas para sanar as anormalidades identificadas.

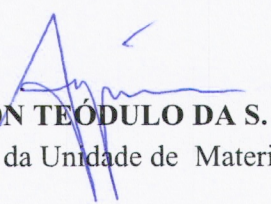
**11. VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

**12. INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

Quaisquer informações adicionais poderão ser fornecidas junto à Unidade de Material e Patrimônio, através do telefone (81) 3301-1243 e do endereço eletrônico [patrimoniocmrecife@gmail.com](mailto:patrimoniocmrecife@gmail.com), no horário das 08:00h às 17:00h, para dirimir dúvidas ou solicitar os estabelecimentos necessários quanto ao objeto a ser contratado, bem como demais observações pertinentes.

Recife, 18 de abril de 2023.

  
**AIRTON TEÓDULO DA S. JÚNIOR**  
Coordenador da Unidade de Material e Patrimônio

## Licitação

PREFEITURA DO RECIFE  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PARA POLÍTICAS SOCIAIS E DESPORTIVAS-CPLPSD  
SECRETARIA DEMANDANTE: Secretaria de Esportes do Recife - SESP

**RESULTADO DA LICITAÇÃO**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2023 – CPLPSD - BB – 1007428 - Nat.:Compras. Objeto:** Registro de Preços para aquisição de material destinado a prática esportiva e recreativa para os programas e projetos: Jogos Escolares Recife, Festivais Esportivos Escolares Recife, Jogos da Pessoa Idosa do Recife, Jogos do Orgulho, Jogos dos Servidores do Recife, Recife Jogos Masters, Festival Paralímpico do Recife, Jogos Paralímpicos do Recife, Programa Esporte É Fundamental, Programa Recife Ativo, Programa Recife Esportes de Rendimento e Programa Esportes no Compaz, Recife Bom de Bola e Projeto Gramadão. Destinado a atender as demandas da Secretaria de Esportes do Recife – SESP. Empresas habilitadas e declaradas vencedoras: KAIROS 23 COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - CNPJ - Nº 28.169.082/0001-11, para o lote: 01 (um), com valor de R\$ 406.467,95 (quatrocentos e seis mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e noventa e cinco centavos). INOVA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME - CNPJ – Nº 19.867.301/0001-45, para o lote: 02 (dois), com o valor de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais). START COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA - CNPJ – Nº 49.912.909/0001-05, para o lote: 03 (três), com o valor de R\$ 96.547,16 (noventa e seis mil, quinhentos e quarenta e sete reais e dezesseis centavos). Recife, 01 de setembro de 2023. **Genivaldo Cristovão de Souza** - Pregoeiro.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL  
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E LICITAÇÕES  
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

**RESULTADO FINAL**  
**Processo Licitatório nº 030/2023 – Pregão Eletrônico nº 027/2023 – BB nº 1012765. Objeto:** Registro de Preços, com validade de 12 (doze) meses, para aquisição de material médico hospitalar (álcool etílico, cateter, entre outros) – 06 (seis) lotes, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde da Prefeitura do Recife. Foram declaradas vencedoras as empresas: IGEMEDIC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA - CNPJ Nº 28.145.496/0001-00, para os lotes 01 e 03, com valores totais de R\$ 19.800,00 e R\$ 1.500,00, respectivamente; CIRURGICA SERRA MAR LTDA - CNPJ Nº 31.908.034/0001-02, para o lote 01, com valor total de R\$ 7.350,00. Os lotes 03, 04 e 06 restaram FRACASSADOS. Recife, 01 de setembro de 2023. **Verônica Ferreira de Brito** - Pregoeira.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL  
SECRETARIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE EDUCAÇÃO

**AVISO DE DECISÃO DO RECURSO E RESULTADO FINAL**  
**Processo Licitatório nº 19/2023 – Pregão Eletrônico nº 017/2023 - BB nº 1003855** - Registro de Preços, pelo período de 12 (doze) meses, para aquisição de 7.341 Kits do Professor destinados ao ano letivo de 2024, 01 (um) lote com 20 (vinte) itens, visando suprir as necessidades de materiais direcionados aos professores da Rede Municipal de Ensino da Secretaria de Educação da Prefeitura do Recife. Comunicamos que a Autoridade Competente, julgou IMPROCEDENTE os recursos interpostos pelas licitantes VIMELI COMERCIAL EIRELI, inscrita no CNPJ nº 21.850.266/0001-74 e FRANCRIS LIVRARIA E PAPELARIA LTDA ME CNPJ: 24.348.443/0001-36. Empresa vencedora: ALIANÇA DISTRIBUIDORA DE MATERIAS EM GERAL LTDA, CNPJ nº 24.658.170/0001-26 para o LOTE 01 no valor de R\$ 874.900,38 (Oitocentos e setenta e quatro mil, novecentos reais e trinta e oito centavos). Autos franqueados aos interessados. Outras informações pelo (fone) 3355.8707. Recife, 28 de agosto de 2023. **Yoneide Bezerra do Espírito Santo**, Pregoeira da CPLE.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE  
FUNDAÇÃO DE CULTURA CIDADE DO RECIFE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**RESULTADO DA LICITAÇÃO**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2023 - CPL/FCCR - SEI Nº 17.001670/2023-69 - Objeto:** aquisição de grupos geradores carenados externos com tratamento acústico, visando atender as necessidades dos equipamentos culturais que fazem parte da Fundação de Cultura Cidade do Recife, de modo a suprir a demanda de energia elétrica durante interrupções da rede elétrica, conforme com as presentes especificações, quantidades, planilhas, condições e anexos. Lotes 1 e 2, por solicitação da CI nº 057-2023 da Gerência de Arquitetura e Engenharia - GGAE-GAE/FCCR. Empresa habilitada e declarada vencedora (licitante/lote adjudicado): GENSET SOLUTIONS INDÚSTRIA COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE GRUPOS MOTO-GERADORES - CNPJ Nº 07.346.027/0001-80 – Lotes 01 e 02, com os valores de: R\$ 315.000,00 e R\$ 315.000,00, respectivamente. Recife, 01 de setembro de 2023. **Marcelo Leite Cerqueira** – Pregoeiro.

FUNDAÇÃO DE CULTURA CIDADE DO RECIFE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**CHAMAMENTO PÚBLICO DE ENTIDADE PARA FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E CULTURAL DO EQUIPAMENTO PAÇO DO FREVO.**  
**Processo Licitatório nº 012/2023 - Chamamento Público nº 001/2023 - CPL/FCCR – SEI nº 17.004063/2023-51. Objeto:** Seleção de melhor Plano de Trabalho visando a celebração de Contrato de Gestão Administrativa e Cultural do equipamento Paço do Frevo, nos termos da Lei Municipal nº 17.875, de 10 de junho de 2013 e Decreto Municipal nº 27.277, de 16 de agosto de 2013, bem como, por demais normas e dispositivos legais aplicáveis à matéria, por solicitação da CI nº 16-2023 da Gerência de Equipamentos Culturais - GEC/FCCR. O valor estimado para esta contratação é de R\$ 7.912.841,76 (sete milhões novecentos e doze mil oitocentos e quarenta e um reais e setenta e seis centavos). Os interessados em participar do Chamamento deverão entregar os envelopes contendo o Plano de Trabalho e anexos, no dia 20 de outubro de 2023, às 10h, diretamente à Comissão Permanente de Licitação - CPL/FCCR, criada pela Portaria nº 234/2023, publicada no DOR de 18/04/2023, no Auditório Capiba, localizado no 15º andar do Edifício Sede da Prefeitura do Recife, situado à Avenida Cais do Apolo, 925, onde ocorrerá o Chamamento Público. Os interessados poderão adquirir o Edital e Anexos através do endereço eletrônico: [www.recife.pe.gov.br/portalcompras/](http://www.recife.pe.gov.br/portalcompras/). Mais informações pelos telefones 3355-8035/8022 no horário das 9h às 17h. Recife, 01 de setembro de 2023. **Marcelo Leite Cerqueira** – Presidente - CPL/FCCR. Republicado devido alterações no prazo de vigência contratual, que passou de 01 (um) ano para 02 (dois) anos.

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SANEAMENTO – CELSS I

**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**  
**Processo Licitatório nº 009/2023 - Convite nº 001/2023. Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO E READEQUAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE INFRAESTRUTURA URBANA, CONTEMPLANDO AS DISCIPLINAS DE GEOMETRIA, PAVIMENTAÇÃO, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM E SEUS ORÇAMENTOS DE CUSTOS, PARA AS VIAS URBANAS NA CIDADE DO RECIFE. O valor máximo estimado para execução dos serviços é de R\$ 329.196,59 (Trezentos e vinte e nove mil cento e noventa e seis reais e cinquenta e nove centavos). Data de abertura: dia 19 de Setembro de 2023, às 09:00h, na sala de reunião da Secretaria de Saneamento, localizada na Rua Evaristo da Veiga, nº 217 – 11º andar, Casa Amarela, Recife/PE. A sessão será realizada presencialmente. O edital e seus anexos também poderão ser retirados diretamente na CELSS, mediante a entrega de mídia eletrônica para gravação de cópias (DVD, CD, pen drive), no horário das 08:00h às 12:00h ou, ainda, no Portal de Compras do Município. Contatos: (81) 3355-1936; [celss.sesan@gmail.com](mailto:celss.sesan@gmail.com). Recife, 02 de Setembro de 2023. **Jefferson Gomes Lopes** – Presidente da Comissão Especial de Licitação da Secretaria de Saneamento – CELSSI.

SECRETARIA DE TURISMO E LAZER

**EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 223/2023**  
**PROCESSO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 223/2023**  
O Secretário de Turismo e Lazer, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 61, VII, da Lei Orgânica, RESOLVE tornar público o Termo de Inexigibilidade de Licitação nº. 223/2023, nos termos do artigo 25, caput, da Lei Federal nº. 8.666/93, cujo objeto é a contratação da empresa INSIGHT FEIRAS, EVENTOS, CONSULTORIA E NEGÓCIOS LTDA, CNPJ nº. 27.730.801/0001-69, para a aquisição de Cota de Patrocínio denominada "Cota Bronze" na "5ª Edição do Evento HFN – HOTEL & FOOD NORDESTE", que será realizado no período de 08 a 10 de novembro de 2023, no Centro de Convenções, Localizado na Cidade de Olinda/PE, sob o valor total de R\$40.000,00 (quarenta mil reais). As despesas correrão por conta da Dotação Orçamentária nº. 3501.23.695.1.213.2.193, Elemento de Despesa nº. 3.3.90.39, Fonte nº. 500. AUTORIZO E RATIFICO. **MUSTAFA MAGALHÃES DIAS**, Secretário de Turismo e Lazer. Recife, 23 de agosto de 2023.

SECRETARIA DE TURISMO E LAZER  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 004/2023  
CREDENCIAMENTO DE ATRAÇÕES ARTÍSTICAS

**EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 233/2023**  
**PROCESSO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 233/2023**  
O Secretário de Turismo e Lazer, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 61, VII, da Lei Orgânica, considerando as informações constantes no Edital de Credenciamento nº 001/2023, RESOLVE tornar público que reconhece o Termo de Inexigibilidade de Licitação nº. 233/2023, nos termos do artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93 e em conformidade com o referido Edital, referente à contratação da atração artística credenciada, relacionada abaixo, no valor total de R\$7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), cujas despesas correrão por conta da Dotação Orçamentária nº. 3501.27.695.2160.2.280, Elemento de Despesa nº. 3.3.90.39, Fonte 500.

CNPJ	CREDOR	ARTISTA	CATEGORIA	QUANT.	CACHÊ	TOTAL
12.158.594/0001-42	ASTROGILDO T S JUNIOR PRODUCOES EVENTOS E SERVICOS	ORQUESTRA MAJESTADE O FREVO	GRUPO CULTURAL: Grupo regional com no mínimo 10 (dez) integrantes e 01 (uma) hora de apresentação do tipo ORQUESTRA DE FREVO (ITINERANTE) E PASSISTAS.	02	R\$3.900,00	R\$7.800,00.

Recife, 01 de setembro de 2023. Autorizo e ratifico. **MUSTAFA MAGALHÃES DIAS**, Secretário de Turismo e Lazer.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE – URB RECIFE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/URB RECIFE

**DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2023 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2023 – URB RECIFE - BB Nº 1009415**  
**OBJETO:** Aquisição de 300 licenças do Microsoft Office 365 pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas no Termo Referencial e demais condições estabelecidas no Edital. Valor máximo aceitável no certame é de R\$ 192.420,00. Tornamos público que o objeto da licitação foi adjudicado pelo Pregoeiro e o processo epigrafado foi homologado pela Autoridade Superior. Empresa classificada em primeiro lugar com o seguinte valor total: ALLMIC TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF Nº 09.386.453/0001-72, R\$ 148.899,00 (cento e quarenta e oito mil oitocentos e noventa e nove reais). Mais informações pelos telefones: (81) 3355.5081 ou 3355.5079 ou pelo e-mail: [cplurb@recife.pe.gov.br](mailto:cplurb@recife.pe.gov.br). Recife, 02 de agosto de 2023. **Gláucio Mendonça Brasileiro** – Pregoeiro da URB Recife.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
EMLURB - AUTARQUIA DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA URBANA

**RESULTADO DO JULGAMENTO FINAL**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2023 - CLI EMLURB – CREDENCIAMENTO Nº001/2023 – Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA SANITÁRIA PARA RECOLHIMENTO, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE CORRETO DE LIQUIDOS ORIUNDOS DO ATERRO DESATIVADO DA MURIBECA SOB A RESPONSABILIDADE DA EMLURB. O Presidente da Comissão de Licitação da Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana - EMLURB torna publico o resultado do Julgamento de Propostas de Preços, declarando CREDENCIADA a empresa: ORIZON MEIO AMBIENTE S/A com proposta no valor R\$ 3.408.645,00 (três milhões e quatrocentos e oito mil, seiscentos e quarenta e cinco reais). Recife, 01 de setembro de 2023. **Marco Antonio de Araújo Bezerra** - Presidente da Comissão de Licitação.

REPUBLICAÇÃO  
AVISO DA LICITAÇÃO

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº026/2023 - CLI EMLURB – CONCORRÊNCIA Nº019/2023 – Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARQUES, PRACAS, JARDINS E ÁREAS VERDES PÚBLICAS NA CIDADE DO RECIFE - DISTRIBUIDOS EM DOIS LOTES DISTINTOS. Os valores máximos admitidos para esta licitação é de LOTE 01 - R\$ 18.382.005,60 (dezoito milhões, trezentos e oitenta e dois mil, cinco reais e sessenta centavos) e LOTE 02 - R\$ 16.404.077,36 (dezesseis milhões, quatrocentos e quatro mil, setenta e sete reais e trinta e seis centavos). Local e Data de Abertura: EMLURB - Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana, sito à Av. Gov. Carlos de Lima Cavalcanti, 09 - Derby; no dia 03.10.2023, às 09:00 horas. Será facultado a participação em vídeo conferência na Plataforma Google Meets devendo os interessados se habilitarem ao sistema até 48 horas da data inaugural. A sessão será realizada na sala 03, bloco do edifício sede da EMLURB, o edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: <http://www.recife.pe.gov.br/portalcompras/>. Recife, 01 de setembro de 2023. **Marco Antonio de Araújo Bezerra** – Presidente da Comissão de Licitação.

AVISOS DAS LICITAÇÕES

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2023 - CLI EMLURB – CONCORRÊNCIA Nº021/2023 – Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA MÁRIO MELO NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE AS RUAS DO HOSPIÇIO E DA RUA DA AURORA – BAIRRO SANTO AMARO – RECIFE/PE. O valor máximo admitidos para esta licitação é R\$ 6.304.292,18 (seis milhões, trezentos e quatro mil, duzentos e noventa e dois reais e dezoito centavos). Local e Data de abertura: EMLURB - Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana, sito à Av. Gov. Carlos de Lima Cavalcanti, 09 - Derby; 04.10.2023, às 09:00 horas. Será facultado a participação em vídeo conferência na Plataforma Google Meets devendo os interessados se habilitarem ao sistema até 48 horas da data inaugural. A sessão será realizada na sala 03, bloco do edifício sede da EMLURB, o edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: <http://www.recife.pe.gov.br/portalcompras/>. Recife, 01 de setembro de 2023. **Marco Antonio de Araújo Bezerra** – Presidente da Comissão de Licitação.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2023 - CLI EMLURB – CONCORRÊNCIA Nº022/2023 – Objeto:** SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS DA CIDADE DO RECIFE. O valores máximos admitidos para esta licitação é (lote I) R\$ 10.077.647,16 (dez milhões, setecentos e setenta mil, setecentos e quarenta e sete reais e dezesseis centavos), (lote II) - R\$ 10.483.062,57 (dez milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, sessenta e dois reais e cinquenta e sete centavos), (lote III) - R\$ 14.169.299,49 (catorze milhões, cento e sessenta e nove mil, duzentos e noventa e nove reais e quarenta e nove centavos) e (lote IV) - R\$ 13.815.811,00 (treze milhões, oitocentos e quinze mil, oitocentos e onze reais). Local e Data de abertura: EMLURB - Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana, sito à Av. Gov. Carlos de Lima Cavalcanti, 09 - Derby; 05.10.2023, às 09:00 horas. Será facultado a participação em vídeo conferência na Plataforma Google Meets devendo os interessados se habilitarem ao sistema até 48 horas da data inaugural. A sessão será realizada na sala 03, bloco do edifício sede da EMLURB, o edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: <http://www.recife.pe.gov.br/portalcompras/>. Recife, 01 de setembro de 2023. **Marco Antonio de Araújo Bezerra** – Presidente da Comissão de Licitação.

PREFEITURA DO RECIFE  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE – URB RECIFE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/URB RECIFE

**DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2023 – URB RECIFE - BB Nº 996368**  
**OBJETO:** contratação de empresa de consultoria para execução de Trabalho Social nos eixos recomendados no Projeto Técnico Social – PTS, que inclui: mobilização; organização e fortalecimento social; desenvolvimento socioeconômico; educação ambiental e patrimonial; e assessoria e gestão condominial, junto às famílias beneficiadas com unidades habitacionais entregues no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida. O objeto será dividido em dois lotes, sendo: Lote I – Empreendimento Encanta Moça I e Lote II – Empreendimento Encanta Moça II, ambos construídos através do PMCMV/FAR, localizados no bairro do Pina – Recife/PE. Valor máximo aceitável para o LOTE I é de R\$ 500.297,37 e para o LOTE II de R\$ 500.297,37, totalizando o valor estimado e máximo do certame em R\$ 1.000.594,74. Tornamos público que o objeto da licitação foi adjudicado, por lote, pelo Pregoeiro e o processo epigrafado foi homologado pela Autoridade Superior. Empresas classificadas em primeiro lugar, por LOTE com os seguintes valores totais: LOTE I: SOLARIS CONSULTORIA SOCIOAMBIENTAL LTDA, CNPJ Nº 11.460.225/0001-47 com proposta no valor final de R\$ 310.000,00 (TREZENTOS E DEZ MIL REAIS) e LOTE 2: ANX ENGENHARIA E ARQUEOLOGIA LTDA. - CNPJ Nº 17.527.184/0001-45 com proposta no valor final de R\$ 298.300,00 (DUZENTOS E NOVENTA E OITO MIL E TREZENTOS REAIS). Mais informações pelos telefones: (81) 3355.5081 ou 3355.5079 ou pelo e-mail: [cplurb@recife.pe.gov.br](mailto:cplurb@recife.pe.gov.br). Recife, 02 de setembro de 2023. **Gláucio Mendonça Brasileiro** – Pregoeiro da URB Recife.

PREFEITURA DO RECIFE  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE – URB RECIFE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

**JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E JULGAMENTO FINAL**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 008/2022 – CONCORRÊNCIA Nº. 003/2022 - CPL/URB RECIFE**  
**Objeto:** Relicitação para Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para Execução das Obras das Unidades Habitacionais nas Quadras 46 e 55, e Serviços Complementares da Praça na Quadra 25, localizadas na Comunidade do Pilar, Recife/PE. Valor Máximo Aceitável: R\$ 37.861.062,03. A Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados, e para todos os fins e efeitos legais, que após análise do Recurso Administrativo interposto pela empresa, CINZEL ENGENHARIA LTDA, CNPJ/MF Nº. 08.059.768/0001-42, e das contrarrazões, apresentada pela empresa, TIMES ENGENHARIA LTDA, CNPJ/MF Nº. 11.569.027/0001-16, DECIDE: NÃO DAR PROVIMENTO AO RECURSO, mantendo integralmente o julgamento proferido e publicado no Diário Oficial do Recife de 12/08/2023. Dando-se o necessário conhecimento na forma da lei. Demais informações, poderão ser obtidas através dos telefones: (81) 3355-5081 / 5079 ou através do e-mail [cplurb@recife.pe.gov.br](mailto:cplurb@recife.pe.gov.br), em dias úteis e de funcionamento, no horário de 8:00h às 12:00h ou no site: [www.recife.pe.gov.br](http://www.recife.pe.gov.br). Recife, 02 de setembro de 2023. **Irana Almeida** – Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL.

CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

**RESULTADO FINAL**  
**Torno público, nos termos da legislação de regência, após análise, o Resultado Final do Processo Administrativo Nº 1260/2023 – Pregão Eletrônico Nº 008/2023 – Objeto:** Contratação de empresa especializada para fornecimento mensal, à Câmara Municipal do Recife, por um período de 12 (doze) meses, de água mineral, açúcar e café em grãos: Lote 2 – (açúcar e café em grãos) – N L MONTEIRO DA SILVA COMERCIAL LTDA – ME, CNPJ Nº 22.566.069/0001-10, no valor global de R\$ 31.129,20 (trinta e um mil cento e vinte e nove reais e vinte centavos). O Lote 1 – (água mineral) – Restou DESERTO. Recife (PE), 25 de agosto de 2023. **Lúcia de Fátima da Granja dos Santos** – Pregoeira da Câmara Municipal do Recife.

CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

**ADJUDICAÇÃO**  
**Torno público, nos termos da legislação de regência, após análise, o Resultado Final do Processo Administrativo Nº 1260/2023 – Pregão Eletrônico Nº 008/2023 – Objeto:** Contratação de empresa especializada para fornecimento mensal, à Câmara Municipal do Recife, por um período de 12 (doze) meses, de água mineral, açúcar e café em grãos: Lote 2 – (açúcar e café em grãos) – N L MONTEIRO DA SILVA COMERCIAL LTDA – ME, CNPJ Nº 22.566.069/0001-10, no valor global de R\$ 31.129,20 (trinta e um mil cento e vinte e nove reais e vinte centavos). O Lote 1 – (água mineral) – Restou DESERTO. Recife (PE), 29 de agosto de 2023. **Lúcia de Fátima da Granja dos Santos** – Pregoeiro da Câmara Municipal do Recife.

## CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

## DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

Acolho os fundamentos expendidos pela Comissão de Licitação, constantes na Ata de Julgamento referente ao Processo Administrativo Nº 1260/2023 – Pregão Eletrônico Nº 008/2023, para Homologar o Objeto Contratação de empresa especializada para fornecimento mensal, à Câmara Municipal do Recife, por um período de 12 (doze) meses, de água mineral, açúcar e café em grãos, em favor da empresa: Lote 2 – (açúcar e café em grãos) – N L MONTEIRO DA SILVA COMERCIAL LTDA – ME, CNPJ Nº 22.566.069/0001-10, no valor global de R\$ 31.129,20 (trinta e um mil cento e vinte e nove reais e vinte centavos). O Lote 1 – (água mineral) – Restou DESERTO. Recife (PE), 29 de agosto de 2023. Ver. Rafael Acioli Medeiros – Primeiro Secretário da Câmara Municipal do Recife.

## CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

## RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Reconheço e ratifico a Inexigibilidade de Licitação oriunda do Parecer Nº 032/2023 – Processo Administrativo Nº 2949/2022, para a contratação direta da empresa GUERRA NOS ESTUDOS CURSOS E PALESTRAS LTDA, CNPJ Nº 45.590.215/0001-48, pelo valor global de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), objetivando a realização de Curso "In Company" sobre condutas vedadas aos agentes públicos e políticos e a preservação eleitoral da gestão pública, para uma turma de até 50 (cinquenta) servidores da Câmara Municipal do Recife, com fulcro no art. 25, inciso II, c/c com o art. 13, inciso VI, da Lei Federal Nº 8.666/93 e alterações. Recife (PE), 01 de setembro de 2023. Ver. Rafael Acioli Medeiros – Primeiro Secretário da Câmara Municipal do Recife.

## Poder Legislativo

Presidente **ROMERINHO JATOBÁ**

## RESOLUÇÃO Nº 2793/2023

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE faz saber que o PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO aprovou e ele, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe o Art. 255 do seu Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 2624, de 20/12/2016, promulga a seguinte

## RESOLUÇÃO Nº 2793/2023

Autoriza o Vereador TADEU HENRIQUE PIMENTEL CALHEIROS a se ausentar do País.

**Art. 1º** Autorizar o Vereador TADEU HENRIQUE PIMENTEL CALHEIROS a ausentar-se do País, no período de 29 de agosto de 2023 a 19 de setembro de 2023, com destino à Inglaterra, em viagem cultural, com despesas arcadas com recursos próprios

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Sessões da Câmara Municipal do Recife, em 29 de agosto de 2023.

ROMERINHO JATOBÁ

Presidente

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22/2023, DE AUTORIA DA COMISSÃO EXECUTIVA.

## RESOLUÇÃO Nº 459/2023

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas consoante Resolução 2.489/08, tendo em vista o disposto nas Leis nºs 17.286/2006 e 18.881/2021, além do contido no art. 85, XV e XVII, c.c. art. 60, IV, VI e VII, do Regimento Interno, e ainda, atendendo aos processos administrativos nºs 3320 e 3342, ambos de 2023, do Vereador Ivan Moraes,

## RESOLUÇÃO Nº 459/2023

**Art. 1º** Exonerar **Anna Terra Oliveira Miranda, matrícula nº 106.825-3**, do Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar de Gabinete, símbolo PLC-GII, código 2.01, e **George Claudio Batista Vilaça, matrícula nº 106.826-1**, do Cargo em Comissão de Assessor de Apoio Parlamentar, símbolo PLC-GI, código 1.01, da Estrutura de Gabinete do Vereador Ivan Moraes.

**Art. 2º** Nomear **Karla Caroline Santiago Fagundes**, no Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar de Gabinete, símbolo PLC-GII, código 2.01, e **Erika Fernanda Liberato do Nascimento**, no Cargo em Comissão de Assessor de Apoio Parlamentar, símbolo PLC-GI, código 1.01, da Estrutura de Gabinete do Vereador Ivan Moraes.

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 2023. Sala das Comissões da Câmara Municipal do Recife, 01 de setembro de 2023.

ROMERINHO JATOBÁ

Presidente

ERIBERTO RAFAEL

Primeiro Secretário

## RESOLUÇÃO Nº 460/2023

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas consoante Resolução 2.489/08, tendo em vista o disposto nas Leis nºs 17.286/2006 e 18.881/2021, além do contido no art. 85, XV e XVII, c.c. art. 60, IV, VI e VII, do Regimento Interno, e ainda, atendendo ao processo administrativo nº 3352/2023, do Vereador Paulo Muniz,

## RESOLUÇÃO Nº 460/2023

**Art. 1º** Exonerar **Pedro Paulo da Cruz Souza, matrícula nº 106.034-1**, do Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar – Coordenador Legislativo, símbolo PLC-GV, código 5.03, e **Wesley Maxwell Bispo dos Santos, matrícula nº 106.351-0**, do Cargo em Comissão de Assessor de Apoio Parlamentar, símbolo PLC-GI, código 1.01, da Estrutura de Gabinete do Vereador Paulo Muniz.

**Art. 2º** Nomear **Pedro Paulo da Cruz Souza** no Cargo em Comissão de Assessor de Apoio Parlamentar, símbolo PLC-GI, código 1.01, da Estrutura de Gabinete do Vereador Paulo Muniz.

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 2023. Sala das Comissões da Câmara Municipal do Recife, 01 de setembro de 2023.

ROMERINHO JATOBÁ

Presidente

ERIBERTO RAFAEL

Primeiro Secretário

## RESOLUÇÃO Nº 461/2023

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas consoante Resolução 2.489/08, tendo em vista o disposto nas Leis nºs 17.286/2006 e 18.881/2021, além do contido no art. 85, XV e XVII, c.c. art. 60, IV, VI e VII, do Regimento Interno, e ainda, atendendo a solicitação, do Vereador Samuel Salazar,

## RESOLUÇÃO Nº 461/2023

**Art. 1º** Exonerar **Mikaella Sampaio Véras Feitosa, matrícula nº 106.869-5**, do Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar – Coordenador de Gabinete, símbolo PLC-GIV, código 4.02, da Estrutura de Gabinete do Vereador Samuel Salazar.

**Art. 2º** Nomear **Davi Véras Feitosa** no Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar – Coordenador de Gabinete, símbolo PLC-GIV, código 4.02, da Estrutura de Gabinete do Vereador Samuel Salazar.

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 2023. Sala das Comissões da Câmara Municipal do Recife, 01 de setembro de 2023.

ROMERINHO JATOBÁ

Presidente

ERIBERTO RAFAEL

Primeiro Secretário

## RESOLUÇÃO Nº 462/2023

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas consoante Resolução nº 2.489/08, tendo em vista o disposto nas Leis nºs 17.286/2006 e 18.881/2021, além do contido no art. 85, XV e XVII, c.c. art. 60, IV, VI e VII, do Regimento Interno, e ainda, atendendo ao processo administrativo nº 3335/2023, da Vereadora Elaine Cristina da Silva (Mandato Coletivo Pretas Juntas),

## RESOLUÇÃO Nº 462/2023

**Art. 1º** Exonerar **Larissa Karla Montanhas da Silva, matrícula nº 106.571-8**, do Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar – Secretário Parlamentar, símbolo PLC-GVI, código 6.02, da Estrutura de Gabinete da Vereadora Elaine Cristina da Silva (Mandato Coletivo Pretas Juntas).

**Art. 2º** Nomear **Roseane Priscila Oliveira Freitas** no Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar – Secretário Parlamentar, símbolo PLC-GVI, código 6.02, da Estrutura de Gabinete da Vereadora Elaine Cristina da Silva (Mandato Coletivo Pretas Juntas).

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 2023. Sala das Comissões da Câmara Municipal do Recife, 01 de setembro de 2023.

ROMERINHO JATOBÁ

Presidente

ERIBERTO RAFAEL

Primeiro Secretário

## RESOLUÇÃO Nº 463/2023

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei nº 16.011/1995 e na Resolução nº 2.501/2009, além do contido no art. 85, XV e XVII, c.c. art. 60, IV, VI e VII, do Regimento Interno, e ainda, atendendo ao processo administrativo nº 3223/2023 e planilha, do Vereador Doduel Varela,

## RESOLUÇÃO Nº 463/2023

**Art. 1º** Cancelar e Atribuir Gratificações de Representação aos servidores abaixo relacionados, da Estrutura de Gabinete do Vereador Doduel Varela, nos respectivos percentuais, tendo como referência para cálculo o Cargo de Assessor Parlamentar – Secretário Parlamentar, símbolo PLC-GVI:

MATRÍCULA	NOME	CANCELAR (%)	ATRIBUIR (%)
106.768-0	Reginaldo José da Silva Filho	100,00	-
105.730-8	Valber Francisco da Silva	-	75,00
106.315-4	Raquel Gomes da Silva	-	25,00

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 2023. Sala das Comissões da Câmara Municipal do Recife, 01 de setembro de 2023.

ROMERINHO JATOBÁ

Presidente

ERIBERTO RAFAEL

Primeiro Secretário

## PORTARIA Nº 23/2023

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista laudo médico do Dr. João Teobaldo, CRM-PE nº 28.205, do dia 13 de junho de 2023, conforme o processo administrativo nº 2442/2023,

## PORTARIA Nº 23/2023

**Art. 1º** Conceder Licença Médica por 3 (três) dias ao servidor estatutário **Renato César Leite Cabral, matrícula nº 103.184-8/CMR**, lotado no Departamento de Finanças, no período de 14 a 16 de junho de 2023, conforme atestado médico de 13 de junho de 2023, assegurando-lhe todos os direitos e vantagens integrais que percebe dos cofres da Câmara Municipal do Recife, na data de concessão. Publique-se e Cumpra-se. Departamento de Administração da Câmara Municipal do Recife, 01 de setembro de 2023.

ARLIS GADIELHA XAVIER

Diretor do Departamento de Administração

## PORTARIA Nº 24/2023

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista laudo médico da Dra. Ana Karla Arraes, CRM nº 11.051, do dia 05 de outubro de 2022, conforme o processo administrativo nº 3239/2023,

## PORTARIA Nº 24/2023

**Art. 1º** Conceder Licença Médica por 3 (três) dias à servidora estatutária **Mariana Viana Macena Botelho, matrícula nº 103.200-3/CMR**, lotada na Primeira Secretaria, no período de 05 a 07 de outubro de 2022, conforme atestado médico de 05 de outubro de 2022, assegurando-lhe todos os direitos e vantagens integrais que percebe dos cofres da Câmara Municipal do Recife, na data de concessão. Publique-se e Cumpra-se. Departamento de Administração da Câmara Municipal do Recife, 01 de setembro de 2023.

ARLIS GADIELHA XAVIER

Diretor do Departamento de Administração

## EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20/2022

**CONTRATANTES: CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE e IMPACTO COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.**

**OBJETO:** a prorrogação do prazo de vigência contratual.

**PRAZO:** mais 12 (doze) meses, tendo como termo inicial o dia 08/08/2023 e final 07/08/2024.

**PREÇO:** Sem acréscimo do valor original do contrato.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 2001.3.3.90.39.72

**RECURSOS FINANCEIROS:** Tesouro Municipal.

## AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Vereador Marco Aurélio Filho vem, pelo presente, tornar público a realização de uma Audiência Pública para discutir sobre “A escolha dos representantes da Sociedade Civil para atuar no Comitê Gestor da Política Municipal de Cultura de Paz e Justiça Restaurativa, instituída pelo art. 20 da Lei Municipal nº 18.850/2021”, convidando, desde já, os interessados que possam participar da citada Audiência, que será realizada no Plenarinho da Câmara Municipal do Recife, no dia 18 de setembro de 2023, com início às 15h e término programado para às 17h.

A inscrição dos interessados em se manifestar verbalmente durante a Audiência, com 03 (três) minutos cada, deverá ser realizada até às 17h do dia 17 de setembro de 2023, pessoalmente, no Gabinete do Vereador Marco Aurélio Filho, localizado a Rua da União, nº 273, Boa Vista, Recife - PE, por ofício, pelo telefone: (81) 3301.1291 ou pelo e-mail: marcoaurelio.filho@recife.pe.leg.br. As inscrições posteriores ao prazo estabelecido para o recebimento e durante Audiência serão consideradas, caso o tempo previsto para as manifestações do público não seja totalmente preenchido pelas inscrições prévias. Câmara Municipal do Recife, em 31 de agosto de 2023. MARCO AURÉLIO FILHO Vereador do Recife.

## REUNIÃO SOLENE EM HOMENAGEM AO DIA NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL E AO LEGADO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN), COM O TEMA: PRESERVAR É VALORIZAR, CONFORME REQUERIMENTO Nº 8.309/2023, DE AUTORIA DO VEREADOR MARCO AURÉLIO FILHO, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2023.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Vereador ERIBERTO RAFAEL.

Aos 18 (dezoito) dias do mês de agosto do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), às catorze horas e trinta minutos, no Plenário, na Sala João Negromonte Filho – SALA DAS SESSÕES – no andar térreo da Casa de José Mariano, situada na Rua Princesa Isabel, número quatrocentos e dez, no bairro da Boa Vista, nesta cidade do Recife, capital do estado de Pernambuco, reuniu-se a Câmara Municipal do Recife, em caráter SOLENE, sob a presidência do vereador ERIBERTO RAFAEL. Iniciando os trabalhos, o senhor Presidente compôs a Mesa com os seguintes convidados: Excelentíssimo senhor vereador MARCO AURÉLIO FILHO, autor do Requerimento; Senhor Jacques Alberto Ribemboim, superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Pernambuco (IPHAN-PE). (APLAUSOS). Na sequência, o senhor Presidente convidou todos os presentes para que, de pé, ouvissem e acompanhassem o HINO NACIONAL BRASILEIRO. (APLAUSOS). O senhor Presidente, dando continuidade à reunião, convidou o vereador MARCO AURÉLIO FILHO para ocupar a Tribuna e fazer suas colocações. O vereador cumprimentou os membros da Mesa e os presentes. Destacou a importância desta comemoração e falou sobre a criação e a história do IPHAN. Defendeu a importância da educação patrimonial e citou ação que será feita com estudantes da rede municipal. Parabenizou o trabalho de todos os servidores do Instituto na defesa do patrimônio histórico da cidade. (APLAUSOS). Dando prosseguimento aos trabalhos, o senhor Presidente convidou o vereador MARCO AURÉLIO FILHO para fazer a entrega de um Certificado aos homenageados. (Lista, em anexo, aos Anais da Casa). (APLAUSOS). Em seguida, o senhor Presidente convidou o senhor Jacques Alberto Ribemboim para ocupar a Tribuna e fazer suas colocações. O orador saudou a Mesa de autoridades e agradeceu a homenagem. Falou sobre as lutas enfrentadas pelo IPHAN e disse que o Instituto está aberto ao diálogo com a sociedade. Elogiou os servidores por seu trabalho e citou o gigantismo de Pernambuco, exaltando a cultura do estado. Finalizou seu discurso agradecendo ao vereador MARCO AURÉLIO FILHO pela homenagem. (APLAUSOS). O senhor Presidente, na sequência, fez suas considerações finais e convidou a todos para, em posição de respeito, acompanharem o HINO DA CIDADE DO RECIFE. (APLAUSOS). Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente convocou os vereadores e as vereadoras para se reunirem segunda-feira, dia 21 de agosto de 2023, às 10h, em uma Reunião Ordinária, conforme Resolução nº 2755/2021, de autoria da Comissão Executiva. Declarou encerrada a presente reunião, da qual foi lavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por quem é de direito. PRESIDENTE. 1º SECRETÁRIO(A). 2º SECRETÁRIO(A).

## PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 193/2023

Institui o “Dia Municipal de Luta das Trabalhadoras e Trabalhadores da Cultura” no Calendário Oficial de Eventos do Município do Recife.

**Art. 1º** Fica instituído o “Dia Municipal de Luta das Trabalhadoras e Trabalhadores da Cultura” no Calendário Oficial de Eventos do Município do Recife, data a ser celebrada, anualmente, no dia 4 de maio.

**Art. 2º** Compete ao Poder Público Municipal atender aos ditames do art. 2º da Lei Federal nº 14.618, de 11 de julho de 2023.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial. Sala das Sessões da Câmara Municipal do Recife, 21 de agosto de 2023. CIDA PEDROSA Vereadora do Recife MARCO AURÉLIO FILHO Vereador do Recife.

## JUSTIFICATIVA

Programas de apoio à formação técnico-profissional e a ampliação do acesso aos direitos culturais, em conformidade com os preceitos constitucionais. Portanto, a criação do “Dia Municipal de Luta das Trabalhadoras e Trabalhadores da Cultura” é uma medida necessária e justificada, pois busca reconhecer, valorizar e apoiar os profissionais da Cultura, promovendo ações que contribuam para o fortalecimento desse setor e para o desenvolvimento cultural, social e econômico do município do Recife. Diante do exposto, solicitamos o apoio dos ilustres Pares desta Casa Legislativa para a aprovação deste Projeto de Lei Ordinária de grande relevância e alcance social. Sala das Sessões da Câmara Municipal do Recife, 21 de agosto de 2023.



**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE  
COMISSÃO DE PREGÃO**

**PROCESSO Nº 1260/2023/SCG  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2023**

<b>DADOS GERAIS</b>	
<b>OBJETO:</b> CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO MENSAL, À CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, DE ÁGUA MINERAL, AÇÚCAR E CAFÉ EM GRÃOS, EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS – ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E MICROEMPRESÁRIO INDIVIDUAL – MEI, TUDO DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DESTE EDITAL E SEUS ANEXOS	
<b>RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ:</b> 24/07/2023 às 08:00 horas	
<b>ABERTURA DAS PROPOSTAS:</b> 24/07/2023 às 08:15 horas	
<b>INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:</b> 24/07/2023 às 08:30 horas	
<b>COORDENAÇÃO DO PROCESSO:</b>	
Pregoeira: Lúcia de Fátima da Granja dos Santos	E-mail: licitacao.camara@recife.pe.leg.br
Fone: (81) 3301-1295	
Endereço: Rua Monte Castelo, 131, 1º. Andar, Boa Vista, Recife - PE – CEP 50050-310	

**A CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE**, por intermédio da sua Pregoeira e Equipe de Apoio designados pelas Resoluções Nºs 327/2022 e 217/2023, e considerando a Autorização do da Comissão Executiva, desta Casa Legislativa, torna público para ciência dos interessados, que, às 08:00 horas do dia 24 de julho de 2023, ou caso não haja expediente nesta data, no primeiro dia útil subsequente, realizará, através do site do Banco do Brasil, diretamente em [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), licitação na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, consoante a Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 e alterações, o Decreto Federal Nº 10.024, de 20/09/2019 e alterações, a Resolução da Mesa Diretora da Câmara Municipal do Recife nº 2495/2009, de 25/05/2009, e subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações.

## **1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 - O presente Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante as condições de segurança necessárias em todas as suas fases.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos por servidora da **CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE**, devidamente habilitado e treinado nas atribuições de Pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o site do Banco do Brasil, diretamente em [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

## **2 - DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada para fornecimento mensal, à Câmara Municipal do Recife, por um período de 12 (doze) meses, de água mineral, açúcar e café e grãos, exclusivo para Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempresário Individual – MEI, tudo de acordo com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos.





## CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

### 3 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 Os recursos alocados para a realização do objeto da presente licitação são oriundos da seguinte dotação orçamentária:

- a) Órgão: 01.01 – CMR;  
Proj./Atividade.: 2.002 – Apoio Administrativo às Ações da CMR;  
Subação: 00001 – Outras Medidas;  
Elem. Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo;  
Fonte: 0500 – Recursos não Vinculados de Impostos;

### 4 - REFERÊNCIAS DE TEMPO

4.1 - Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o **horário oficial de Brasília-DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

### 5 - DA PUBLICIDADE

O aviso deste Pregão será publicado no Diário Oficial do Município do Recife, na Internet, no endereço [www.recife.pe.leg.br](http://www.recife.pe.leg.br) – link Portal da Transparência e no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

### 6 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1 - Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos.

6.2 - Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública;
- b) Tenham sido declarados inidôneos em qualquer esfera de Governo;
- c) Estejam em processo de falência, concordata, dissolução ou liquidação;
- d) Tenham em seu quadro, empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

6.3 - Não será permitida a participação de empresas em consórcio, ou que estejam declaradas inidôneas ou punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, cujo ato tenha sido publicado em órgão de Imprensa Oficial ou que tenham tido falência decretada, em concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

6.3.1 A vedação à participação de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, nas quais as empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação previstos em edital, o que não se afigura no caso presente.





## CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

6.4 - A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado data e horários limites estabelecidos.

6.5 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.6 - Caberá à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

### **7 – REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

7.1 - O certame será conduzido pela Pregoeira, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) Responder as questões formuladas pelas Licitantes, relativas ao certame;
- c) Abrir as propostas de preços;
- d) Analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) Desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) Declarar o vencedor;
- i) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) Elaborar a ata da sessão;
- k) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.

### **8 - DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E PARTICIPAÇÃO**

8.1 - Os interessados em participar na licitação deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal para acesso ao sistema eletrônico, ambas intransferíveis, obtidas junto às agências do Banco do Brasil S.A. sediadas no país.

8.1.1 - As instruções para obtenção da chave e senha de acesso estão disponíveis na Cartilha do Fornecedor, disponível no endereço: <http://www.licitacoes.com.br/aop/documentos/CartilhaFornecedor.pdf>

8.1.2 - A chave de identificação e senha pessoal poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou do Banco do Brasil, devidamente justificada.

8.2 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Câmara Municipal do Recife ou ao Banco do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.





## CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

8.3 - A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e subseqüente encaminhamento da proposta de preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

8.3.1 - A informação dos dados para acesso deve ser feita diretamente em [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), na opção "Acesso Identificado".

8.4 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no edital, responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

8.5 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.6 - Em se tratando de microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e para que essas possam usufruir do tratamento diferenciado previsto no Capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento, a declaração em campo próprio do sistema eletrônico, identificando-se como microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.6.1 - Ao credenciarem-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte no sistema do Banco, os interessados declaram, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como tal, estando aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos Artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.6.2 - A responsabilidade pela identificação do tipo de empresa é exclusiva do licitante, e caso este apresente alguma informação inverídica, sofrerá as sanções previstas neste Edital.

8.6.3 - A verificação das informações relacionadas ao enquadramento do licitante como ME/EPP será efetuada pela pregoeira no momento da conferência da documentação da empresa arrematante.

8.6.4 A vedação estabelecida na condição anterior não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5º-H, da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

8.7 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no edital.

8.8 - A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.9 - É incumbência do licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.





## CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

### 9 – DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

9.1 – Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista neste edital, bem como solicitar esclarecimentos.

9.1.1 - A pregoeira responderá às impugnações e aos pedidos de esclarecimentos no prazo máximo de dois dias úteis, contados da data de recebimento dos pedidos.

9.2 – As impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados à Comissão de Pregão da Câmara Municipal do Recife, situada na Rua Monte Castelo, 131 – 1º. Andar – Boa Vista – Recife – PE - CEP Nº 50.050-310, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00 às 13:00 horas ou através do e-mail [licitacao.camara@recife.pe.leg.br](mailto:licitacao.camara@recife.pe.leg.br).

9.3 A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá a pregoeira, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

9.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.

9.3.2 Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

9.4 – Decairá do direito de impugnar os termos deste Pregão a proponente que o tendo aceitado sem objeção, venha, após o prazo mencionado no subitem 9.1 deste Edital e estabelecido no art. 24, do Decreto Federal nº 10.024/2019, a apresentar falhas ou irregularidades que o viciem.

### 10 - RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

10.1 - A participação no Pregão Eletrônico fica condicionada ao envio pelo representante credenciado da Proposta de Preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada a data e horário limites estabelecidos no preâmbulo deste Edital.

10.2 - O encaminhamento da Proposta pressupõe o pleno conhecimento e total atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

10.3 - A Proposta apresentada no sistema eletrônico deverá ser no valor global do lote a que se refere, em moeda corrente do país, em algarismo com no máximo duas casas decimais (Ex.: R\$ 5,33).

10.3.1 - A proposta ofertada pela licitante deverá contemplar todos os itens que compõem o objeto licitado.

10.3.1.1 - Para comprovar que o valor apresentado na Proposta abrange todos os itens do objeto, a licitante deverá enviar arquivo eletrônico com a proposta detalhada em campo próprio no sistema;

10.3.2 - A licitante deverá computar no preço que cotar todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que se sujeita, bem como os custos relacionados ao transporte e entrega dos produtos na sede desta Câmara Municipal.





## CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

10.4 - É vedado à licitante, quando da inclusão de sua proposta no sistema, inserir qualquer elemento que possa identificá-la, o descumprimento desta exigência acarretará a DESCLASSIFICAÇÃO da proposta.

10.5 - Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

### **11 - ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

11.1 - A Sessão Pública do Pregão Eletrônico será realizada conforme data e horário determinados no preâmbulo deste Edital, momento em que ocorre a divulgação das propostas de preços recebidas, passando a Pregoeira a avaliar sua aceitabilidade.

11.2 - A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

11.3 - A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todas as licitantes;

11.3.1 - Serão desclassificadas todas as Propostas cujo valor apresentado seja maior ao valor máximo especificado no item 13.2 deste Edital;

11.4 - O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pela Pregoeira, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

### **12 - DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**

12.1 - Classificadas as propostas, a Pregoeira dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

12.2 - Para a etapa competitiva os representantes credenciados no sistema deverão estar nele conectados para participar da sessão de lances.

12.3 - A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances. Os Lotes 01 e 02 serão abertos simultaneamente, para a disputa de lances.

12.3.1 - O sistema inibirá lances que não estejam em conformidade com os intervalos cadastrados.

12.3.1.1 - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pela pregoeira.

12.3.1.1.1 - Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

12.3.1.1.2 - Entretanto, caso a desconexão da Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, por meio de mensagem eletrônica, no campo "Mensagens" do aplicativo do sistema, ou por outro meio eletrônico, divulgando data e hora da reabertura da sessão.





## CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

12.3.1.2 - Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

12.4 - A cada lance ofertado, a licitante será imediatamente informada pelo sistema eletrônico de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

12.5 - Os lances ofertados deverão ser referentes ao **VALOR GLOBAL POR LOTE**, com no máximo 02 (duas) casas decimais (0,00), sendo desprezadas as restantes.

12.5.1 - Durante a fase de lances, a Pregoeira poderá excluir, a seu critério, e de acordo com as informações produzidas nos autos, lance cujo valor for considerado inexecutável ou que entenda ter sido lançado erroneamente. Nesta hipótese, deverá encaminhar mensagem à licitante na qual faculte o direito de repetir tal lance.

12.6 - A licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o objeto.

12.7 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro pelo sistema eletrônico.

12.8 - Os dois Lotes poderão ser abertos na mesma hora.

### 13 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1 - Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**. A especificação da proposta deverá atender fielmente ao solicitado no edital, e os preços deverão ser expressos em reais, com no máximo de 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

13.2 - O valor máximo aceitável para o objeto desta licitação, fixo e irredutível, para fornecimento dos produtos pelo período de 12 (doze) meses é de:

**- LOTE 1 – ÁGUA MINERAL – R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);**

**- LOTE 2 – AÇÚCAR – CAFÉ EM GRÃOS – R\$ 31.157,28 (trinta e um mil cento e cinquenta e sete reais e vinte e oito centavos).**

13.2.1 O valor global máximo estimado é de **R\$ 61.157,28 (sessenta e um mil cento e cinquenta e sete reais e vinte e oito centavos).**

13.3 - As Propostas que não estiverem em conformidade com o art. 26, do Decreto 10.024/2019 e/ou não estiverem em conformidade com o art. 48, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, serão automaticamente desclassificadas.

13.4 - Serão desclassificadas as propostas de preços que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, quer sejam por omissão ou por apresentarem irregularidades insanáveis.

13.5 - Serão desclassificadas, ainda, as propostas que apresentarem taxas inexecutáveis (valores simbólicos, irrisórios, de valor zero ou negativos), incompatíveis com os custos operacionais e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o Edital desta Licitação não tenha estabelecido limites mínimos.





## CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

13.6 - O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela Pregoeira acerca da aceitação do lance de menor valor

13.7 - Havendo proponentes enquadrados como microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP, cuja proposta de preço encontre-se até 5% acima do valor proposto pelo primeiro colocado, a pregoeira, de acordo com a ordem classificatória, fará a convocação daquele proponente para que, se desejar, ofereça um novo lance de menor valor em relação ao primeiro colocado, assumindo o seu lugar na ordem classificatória.

13.7.1 - O disposto no item acima somente será aplicável quando a melhor oferta subsequente na ordem de classificação não tiver sido apresentada por ME/EPP.

13.8 - Não havendo proponente enquadrado como ME/EPP e havendo empate entre duas ou mais propostas, a classificação dar-se-á por sorteio.

13.9 - A licitante vencedora deverá enviar, em até 03 (três) horas, via e-mail ([licitacao.camara@recife.pe.leg.br](mailto:licitacao.camara@recife.pe.leg.br)), a Proposta de Preços readequada ao valor final, emitida em papel timbrado da empresa, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente assinadas e rubricada pelo representante legal, bem como conter local e data, com os respectivos **valores readequados** ao valor total representado pelo lance vencedor, contendo:

- a. O valor total em Real (R\$), com o máximo de duas casas decimais, sobre os valores ofertados apresentando:
  - i) As planilhas com os respectivos valores unitários e totais de cada item;
  - ii) Os valores mensais e totais para 12 meses de cada lote;
- b. O prazo de entrega dos produtos, contados a partir da data de solicitação e a marca dos mesmos;
- c. A indicação do representante legal da empresa para a assinatura do contrato;
- d. Declaração expressa da licitante de que, nos preços cotados, estão incluídas todas as despesas, tais como fretes, impostos, seguros, taxas, contribuições e quaisquer outros custos incidentes sobre o fornecimento objeto desta licitação;
- e. O prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

### 14- DA HABILITAÇÃO

14.1 - Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o licitante vencedor deverá enviar, em até 03 (três) horas, via e-mail ([licitacao.camara@recife.pe.leg.br](mailto:licitacao.camara@recife.pe.leg.br)), os documentos de habilitação conforme item 14.3 e seus subitens, bem como a proposta de preços readequada ao valor final, atendendo os critérios estabelecidos neste edital para a proposta, bem como para as condições de habilitação.

14.2 - Os documentos relativos à habilitação deverão ser apresentados por cópia autenticada em cartório competente, ou mesmo cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por um dos membros da equipe de apoio ou pela Pregoeira, e deverão ser apresentados até o 3º (terceiro) dia útil subsequente ao aceite da proposta, mediante encaminhamento de envelope lacrado contendo a seguinte identificação:





## CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

À Pregoeira da  
CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2023 - PROCESSO Nº 1260/2023/SCG  
PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LOTE XX  
(razão social ou nome comercial do licitante e endereço completo)

14.3 – Dentro do envelope deverá constar, além da proposta de preços readequada ao valor final, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

### 14.3.1 – Quanto à habilitação jurídica:

- a) Tratando-se de sociedade comercial, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor com todas as suas alterações ou Ato Constitutivo consolidado, devidamente registrado. No caso de sociedades por ações, tais documentos deverão ser acompanhados da Ata de Eleição de seus Administradores;
- b) Tratando-se de sociedades civis, Ato Constitutivo, com todas as alterações, bem como sua inscrição, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- c) Tratando-se de empresa ou sociedade estrangeiras Decreto de Autorização e Ato de Registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Tratando-se de empresa individual, o Registro Comercial;
- e) RG e CPF dos responsáveis legais.

### 14.3.2 – Quanto à regularidade fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal nº 8.212/91, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;
- c) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal - CEF;
- d) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Estado sede do licitante na forma da lei;
- e) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município sede do licitante na forma da lei;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

14.3.2.1 - As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de





## CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

14.3.2.1.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.3.2.1.2 - A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

14.3.2.1.3 - A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste edital, sendo facultado a Pregoeira convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

### 14.3.3 – Quanto à qualificação econômico-financeira:

a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social já exigíveis, assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP/DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir;

a.1 – Serão considerados, na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

a.1.1 - Na Sociedade regida pela Lei nº 6.404/76, Sociedade Anônima ou por Ações, deverão ser apresentados em publicação do Diário Oficial, ou publicados em jornal de grande circulação, ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

a.1.2 - Na Sociedade por Cota de Responsabilidade Limitada (LTDA), deverão ser apresentados por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante. Será rigorosamente observada a exigibilidade do balanço para o exercício social determinado no Ato Constitutivo;





## CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

a.1.3 - Nas Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei 9.317, de 05 de dezembro de 1996 – Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte “SIMPLES”, por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento, devidamente autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

a.1.4 - Na Sociedade criada no exercício em curso, fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

b) Demonstrações que comprovem a boa situação financeira da licitante, as quais serão analisadas através do seguinte índice:

$$\text{Índice de Liquidez Corrente (ILC)} \\ \text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00$$

c) Os Licitantes que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices referidos na alínea “b.1”, do subitem 14.3.3, quando da habilitação, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação do respectivo lote, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um lote, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, conforme estabelecido no art. 31, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93;

d) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede da pessoa jurídica, a menos de 60 (sessenta) dias da data de recebimento dos envelopes, mencionada no preâmbulo deste Edital.

e) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial referente aos processos distribuídos pelo PJe (**Processos Judiciais eletrônicos – 1º e 2º Graus**) da sede da licitante ou de seu domicílio;

e.1) A certidão descrita na alínea “d” somente é exigível quando a certidão negativa de Falência ou Recuperação Judicial do Estado da sede da licitante ou de seu domicílio (alínea “c”) contiver a **ressalva expressa** de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

e.2) Em caso de Certidão Positiva com efeito de negativa, referente a processos eletrônicos (PJe), é necessário que o documento mencione se a licitante já teve o plano de recuperação homologado em juízo e se está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório.

f) Caberá ao licitante obter a Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, de acordo com as disposições normativas do respectivo Estado da Federação da sede da licitante ou de seu domicílio.





## CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

### 14.3.4 – Quanto à qualificação técnica:

14.3.4.1 - Atestados em nome da empresa proponente, como Contratada principal, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter a licitante fornecido bens da mesma natureza, com características equivalentes ou superiores à da presente licitação. Os originais dos atestados poderão ser solicitados pela Comissão para fins de conferência.

14.3.4.2 – Atender ao que disciplina o Termo de Referência – Anexo I, deste Edital, com relação à documentação pertinente à comercialização dos produtos licitados.

**14.3.4.3** Apresentar LAUDO DE ANÁLISE MICROBIOLÓGICA realizado por laboratório credenciado pela ANVISA. O laudo referente ao RELATÓRIO DE ENSAIO deverá ter sido emitido há no máximo 30 (trinta) dias, contados retroativamente da data da sessão inaugural deste certame. O Laudo deverá indicar a marca da ÁGUA MINERAL examinada e sua conclusão deverá expressamente mencionar que a AMOSTRA COLETADA É SATISFATORIA, QUANTO AOS PADRÕES DE QUALIDADE PARA ÁGUA MINERAL E ÁGUA NATURAL ESTÁ EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO RDC nº. 275, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005, DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - MINISTÉRIO DA SAÚDE. O Relatório de Ensaio deverá informar expressamente que o interessado na realização do ensaio é a CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE.

**14.3.4.4** A empresa fornecedora deverá observar as disposições contidas na Lei nº 14.826, de 08 de novembro de 2012, e alterações posteriores, que disciplina o uso dos vasilhames plásticos retornáveis utilizados no envasamento, industrialização e comercialização de água mineral no Estado de Pernambuco.

**14.3.4.5** O rótulo a ser utilizado no envasamento de água mineral deverá ser aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, de acordo com a Portaria nº 470 de 24 de novembro de 1999 - MME, Portaria INMETRO nº 157 de 19 de agosto de 2002 e Portaria INMETRO nº 045 de 24 de fevereiro de 2003. Deverão constar os seguintes elementos informativos:

- a) Nome da fonte;
- b) Local da fonte, Município e Estado;
- c) Classificação da água;
- d) Composição química, expressa em miligramas por litro, contendo, no mínimo, os oito elementos predominantes, sob a forma iônica;
- e) Características físico-químicas na surgência;
- f) Nome do laboratório, número e data da análise da água;
- g) Volume expresso em litros ou mililitros;
- h) Número e data da concessão de lavra, e número do processo seguido do nome “DNPM”;
- i) Nome da empresa concessionária e/ou arrendatária, se for o caso, com o número de inscrição no cadastro nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, do Ministério da Fazenda;
- j) Duração, em meses, do produto, destacando-se a data de envasamento por meio de impressão indelével na embalagem, no rótulo, ou na tampa.





## CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

**14.3.4.6** Para efeito de fornecimento, deverá o fornecedor apresentar cópia autenticada dos seguintes documentos:

- a) Licença de funcionamento expedida pela Secretaria de Estado da Saúde ou Secretaria Municipal de Saúde da Região da Engarrafadora;
- b) Licença de funcionamento expedida pela Secretaria de Estado da Saúde ou Secretaria Municipal de Saúde da Região da Distribuidora;
- c) Cópia da publicação em DOU do número de Registro no MS;
- d) Laudo de análise atualizado expedido pelo DNPM ou laboratório por ele credenciado - LAMIN (LABORATÓRIO DE ANÁLISES MINERAIS) / Adolfo Lutz, conforme Resolução RDC nº 54/00 - ANVS - Ministério da Saúde;

**14.3.4.7** Rótulo com o carimbo de aprovação pelo DNPM ou documento de aprovação do órgão competente (Portaria nº 470/99 – MME).

14.3.5 – Deverá constar, ainda:

- a) Declarações prestadas pelo representante legal da empresa, emitida em papel timbrado, com carimbo da empresa, conforme modelos constantes dos Anexos II, III e IV, deste Edital.

## 15 – DOS RECURSOS

15.1 - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no Processo para responder pelo proponente.

15.2 - Declarada a vencedora, o proponente que desejar recorrer deverá fazê-lo manifestando sua intenção, com registro da síntese das suas razões, exclusivamente via sistema eletrônico, no prazo máximo de 02 (duas) horas, sendo-lhe obrigatório juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do Recorrente.

15.3 - A falta de manifestação imediata e motivada, via sistema eletrônico, importará a preclusão do direito de recurso.

15.4 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

15.5 - Os recursos contra as decisões da pregoeira, referentes ao julgamento de habilitação ou inabilitação das licitantes ou ainda julgamento das propostas, terão efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

15.6- O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.7 - Os recursos deverão ser endereçados Pregoeira e entregues na sala da Comissão de Pregão, situada na Rua Monte Castelo, nº 131, 1º andar, Boa Vista, Recife-PE, 50050-310, de segunda a sexta-feira no horário de 08:00 às 13:00 horas.





## CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

### 16 – DO CONTRATO

16.1 – Homologado o resultado desta Licitação, a Câmara Municipal do Recife convocará a(s) empresa(s) vencedora(s) para a assinatura do Contrato, devendo esta comparecer no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, a contar da data da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

16.1.1. – O prazo para a assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma vez, desde que requerido por escrito, no transcurso do lapso temporal de que trata o subitem anterior, e em face de justificativa aceita pela Administração.

16.2 – A recusa injustificada da(s) empresa(s) em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido pela Câmara Municipal do Recife, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a(s) às penalidades legalmente estabelecidas.

16.3 – Na hipótese do item anterior, a Câmara Municipal do Recife poderá convocar as licitantes remanescentes, sendo observada a ordem de classificação, para assinatura do Contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

16.4 - O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, nos termos da Lei Federal nº 8666/93, não podendo ser prorrogado.

16.5 – É vedada a subcontratação do objeto desta licitação, no todo ou em parte.

16.6 – O preço será fixo e irrevogável pelo período de duração do Contrato.

### 17 – DO FORNECIMENTO

17.1 – Os fornecimentos, decorrentes desta licitação, deverão ser entregues em total conformidade com o especificado no item 04, do Termo de Referência - Anexo I, deste Edital.

### 18 – DO RECEBIMENTO

18.1 - O objeto desta licitação será recebido:

18.1.1 – Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação, pelo Fiscal do Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário, mediante Termo Circunstanciado assinado pelas partes;

18.1.2 – Definitivamente, com entrega dos produtos, mediante o Aceite emitido pelo Fiscal do Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário desta Casa Legislativa.

18.2 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá o vencedor do certame da responsabilidade quanto à ética profissional pela perfeita execução do objeto, observando-se o disposto no art. 69 da Lei Federal nº 8.666/93.

### 19 – DA FISCALIZAÇÃO

19.1 – A responsabilidade pela FISCALIZAÇÃO da execução do contrato ficará a cargo do Fiscal do Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário.

19.2 – Após a assinatura do Contrato, deverão ser fornecidos aos responsáveis pela fiscalização todos os elementos necessários ao cumprimento de sua obrigação, e quando tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da contratada deverá, de imediato, comunicar por escrito à Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal do Recife, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei,





## CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

neste Edital e no contrato, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

### **20 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

20.1 - Constituirão obrigações da Contratada, além das disposições previstas no item 8, do Termo de Referência – Anexo I, deste Edital, e, na Lei Federal Nº 8666/93 e alterações, as constantes na Cláusula Sexta da Minuta do Contrato (Anexo V, deste Edital).

### **21 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

21.1 - Constituirão obrigações da Contratante, além das disposições previstas no item 9, do Termo de Referência – Anexo I, deste Edital, e na Lei Federal nº 8666/93, as constantes na Cláusula Sétima da Minuta do Contrato (Anexo V, deste Edital).

### **22 – DO PAGAMENTO**

22.1 O pagamento dar-se-á, mensalmente, pelo Departamento de Finanças da Câmara Municipal do Recife, e será efetuado em até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês de vencimento, após a apresentação pela Contratada da nota fiscal referente aos produtos fornecidos e devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário.

### **23 – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

23.1 - A inexecução total ou parcial, caracterizada pelo atraso na execução do objeto licitado, poderá ser considerada como recusa e ensejar a rescisão contratual.

23.2 - Aplica-se, no que couber, ao Contrato, as disposições dos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

### **24 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

24.1 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Câmara Municipal do Recife, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

24.2 – Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, a licitante ficará impedida de licitar e contratar com a Câmara Municipal do Recife e será descredenciada, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 20% (vinte por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

24.2.1 Apresentar documentação falsa;

24.2.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

24.2.3 Falhar na execução do contrato/Ata de Registro de Preços;

24.2.4 Comportar-se de modo inidôneo;

24.2.5 Deixar de entregar documentação exigida no contrato;

24.2.6 Cometer fraude fiscal;

24.2.7 Fizer declaração falsa;

24.2.8 Deixar de cumprir as obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias.





## CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

24.3 Pela infringência a qualquer das cláusulas aqui ajustadas, bem como aos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e, notadamente, quando atestar o objeto deste contrato, a CONTRATANTE verificar incorreções resultantes da execução dos serviços, será aplicada multa contratual correspondente a até 20% (vinte por cento) do preço total deste contrato, assegurada a prévia defesa, devendo o respectivo valor ser recolhido pela CONTRATADA ao Departamento de Finanças da CONTRATANTE no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da notificação da penalidade, sem prejuízo da rescisão por parte da CONTRATANTE.

### **25 - DOS ANEXOS**

25.1 - Integram o presente edital: o Termo de Referência (Anexo I); a Declaração de que o licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação (Anexo II); a Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos e Supervenientes (Anexo III); o Modelo de Declaração de Emprego de Menores (Anexo IV) e a minuta do Termo de Contrato (Anexo V).

### **26 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

26.1 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou reduções do serviço em até vinte e cinco por cento (25%), de acordo com o artigo 65, § 1º, da Lei Federal Nº 8.666/93 e alterações.

26.2 - A Câmara Municipal do Recife poderá revogar a presente licitação, por interesse público, e deverá anulá-la por ilegalidade, "de ofício" ou mediante provocação de terceiros, sempre em despacho fundamentado.

26.3 – A participação nesta licitação implica na aceitação plena e irrevogável das normas constantes do presente edital.

26.4 – A(s) empresa(s) contratada(s) será(ão) responsável(is) pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme o art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93.

26.5 – Fica assegurado à Câmara Municipal do Recife o direito de verificar a exatidão das informações prestadas pelas licitantes, antes e após a adjudicação;

26.6 – Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela Pregoeira, que se baseará nas disposições contidas no Decreto Federal Nº 10.024/2019 e alterações, subsidiariamente a Lei Federal Nº 8.666/93 e alterações, e ainda pelas condições e exigências estabelecidas neste Edital.

26.7 - No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando a Pregoeira, quando possível, sua atuação no Pregão, sem prejuízos dos atos realizados.

26.8 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

26.9 - As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.





## **CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO**

26.10 - As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município do Recife.

26.11 - A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

26.12 - O Foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o local da realização do certame, considerado aquele a que está vinculado a Pregoeira.

Recife, 04 de julho de 2023.

**Lúcia de Fátima da Granja dos Santos  
Pregoeira**





**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE  
COMISSÃO DE PREGÃO**

**PROCESSO Nº 1260/2023/SCG  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2023**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**FORNECIMENTO MENSAL DE ÁGUA MINERAL, CAFÉ EM GRÃOS E ACÚCAR**

**1. OBJETO**

Este documento tem como objeto o fornecimento MENSAL de garrações de água mineral, café em grãos e açúcar, por um período de 12 (doze) meses, para suprimento das necessidades do Edifício. Sede e Anexos, atendendo aos diversos departamentos da Câmara Municipal do Recife.

**2. JUSTIFICATIVA**

Considerando a importância da preservação do bem-estar e saúde dos funcionários desta Casa Legislativa;

E considerando também a manutenção do bom clima organizacional e da satisfação no cumprimento de necessidades fisiológicas como fatores primordiais para o bom desempenho das atividades realizadas diariamente.

O fornecimento mensal de água mineral, café em grãos e açúcar visa atender às necessidades do funcionamento da Câmara Municipal do Recife, mantendo abastecidos os Edifícios Sede e Anexos.

**3. ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS**

Os produtos a serem fornecidos deverão obedecer rigorosamente às especificações e quantitativos estabelecidos, conforme descrição abaixo:

**3.1) LOTE 01 - BOTIJOES DE ÁGUA MINERAL** – Água mineral natural sem gás, obtida diretamente de fontes naturais ou artificialmente captadas, de origens subterrâneas, caracterizadas pelo conteúdo definido e constante de sais minerais (composição iônica) e pela presença de oligoelementos e outros constituintes, de acordo com a resolução – RDC 275 de 22 de setembro de 2005 – ANVS – M.S.

**A) EMBALAGEM** - A água virá envasada em garrações, cedidos em regime de comodato, confeccionados em material elaborado com substâncias resinosas e/ou poliméricas, obedecidos aos critérios da Resolução 105/99 ANVS – M. S. A embalagem para envase de água deve





## CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

possuir aprovação pela autoridade competente, com volume envasado de 20 (vinte) litros, conforme Lei nº 14.826, de 08 de novembro de 2012, rotulado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM de acordo com a Portaria nº 470 de 24 de novembro de 1999 - MME, Portaria INMETRO nº 157 de 19 de agosto de 2002 e Portaria INMETRO nº 045 de 24 de fevereiro de 2003, com tampa plástica sob pressão e lacre com a marca da água.

### B) CARACTERÍSTICAS

#### i) Características Sensoriais, Físicas, Químicas e Físico-Químicas:

Aspecto: Límpido

Odor: Característico

Sabor: Característico

Cor: Máximo 5 Uh (Unidade de Escala Hazen)

Turbidez: Máximo 3,0 Uh (Unidade Jackson ou nefelométrica de turbidez)

#### ii) Características Microbiológicas:

Na fonte, poço ou local de surgência e na sua comercialização, a água mineral natural deve ser de tal qualidade que não apresente risco a saúde do consumidor (ausência de microorganismos patogênicos) e estar em conformidade com as características microbiológicas definidas na Resolução RDC 275 de 22 de setembro de 2005 – ANVS – Ministério da Saúde.

#### iii) Contaminantes:

Obedecidos aos limites máximos da Resolução RDC 275 de 22 de setembro de 2005 – ANVS – Ministério da Saúde.

### C) QUANTIDADE

Item	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Quant. Mensal	Quant. 12 meses
01	Água Mineral – botijão com 20 litros	Unidade		400	4.800
				<b>Total Mensal:</b>	
				<b>Total para 12 Meses:</b>	

### D) ESPECIFICAÇÕES

i) Para oferta de água mineral, deverá ser apresentado Laudo de Análise Microbiológica realizado por laboratório credenciado pela ANVISA. O laudo referente ao Relatório de Ensaio deverá ter sido emitido há no máximo 30 (trinta) dias, contados retroativamente da data da sessão inaugural deste certame. O Laudo deverá indicar a marca da água mineral examinada e sua conclusão deverá expressamente mencionar que a **amostra coletada é satisfatória, quanto**





## CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

**aos padrões de qualidade para água mineral e a água mineral está em conformidade com a Resolução RDC nº. 275, de 22 de setembro de 2005, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Ministério da Saúde.** O Relatório de Ensaio deverá informar expressamente que o interessado na realização do ensaio é a CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE.

**ii)** A empresa fornecedora deverá observar as disposições contidas na Lei nº 14.826, de 08 de novembro de 2012, e alterações posteriores, que disciplina o uso dos vasilhames plásticos retornáveis utilizados no envasamento, industrialização e comercialização de água mineral no Estado de Pernambuco.

**iii)** O rótulo a ser utilizado no envasamento de água mineral deverá ser aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, de acordo com a Portaria nº 470 de 24 de novembro de 1999 - MME, Portaria INMETRO nº 157 de 19 de agosto de 2002 e Portaria INMETRO nº 045 de 24 de fevereiro de 2003. Deverão constar os seguintes elementos informativos:

- a) Nome da fonte;
- b) Local da fonte, Município e Estado;
- c) Classificação da água;
- d) Composição química, expressa em miligramas por litro, contendo, no mínimo, os oito elementos predominantes, sob a forma iônica;
- e) Características físico-químicas na surgência;
- f) Nome do laboratório, número e data da análise da água;
- g) Volume expresso em litros ou mililitros;
- h) Número e data da concessão de lavra, e número do processo seguido do nome “DNPM”;
- i) Nome da empresa concessionária e/ou arrendatária, se for o caso, com o número de inscrição no cadastro nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, do Ministério da Fazenda;
- j) Duração, em meses, do produto, destacando-se a data de envasamento por meio de impressão indelével na embalagem, no rótulo, ou na tampa.

**iv)** Para efeito de fornecimento, deverá o fornecedor apresentar cópia autenticada dos seguintes documentos:

- a) Licença de funcionamento expedida pela Secretaria de Estado da Saúde ou Secretaria Municipal de Saúde da Região da Engarrafadora;
- b) Licença de funcionamento expedida pela Secretaria de Estado da Saúde ou Secretaria Municipal de Saúde da Região da Distribuidora;
- c) Cópia da publicação em DOU do número de Registro no MS;
- d) Laudo de análise atualizado expedido pelo DNPM ou laboratório por ele credenciado - LAMIN (LABORATÓRIO DE ANÁLISES MINERAIS) / Adolfo Lutz, conforme Resolução RDC nº 54/00 - ANVS - Ministério da Saúde;
- e) Rótulo com o carimbo de aprovação pelo DNPM ou documento de aprovação do órgão competente (Portaria nº 470/99 – MME).





**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE  
COMISSÃO DE PREGÃO**

**3.2) LOTE 02 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS**

Item	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Quant. Mensal	Quant. 12 meses
1	Açúcar cristal, branco, de origem vegetal - embalagem com 1kg	Unidade		270	3.240
2	Café em grãos, torrado, tipo tradicional, em embalagens de 250g	Unidade		60	720
			<b>Total Mensal:</b>		
			<b>Total para 12 Meses:</b>		

**4. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

A empresa vencedora deverá entregar os produtos solicitados na Unidade de Material e Patrimônio da Câmara Municipal do Recife, situada à Rua Princesa Isabel, nº 410, Boa Vista, Recife – PE, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 às 17:00 horas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da data de solicitação.

**5. PROPOSTA DE PREÇO E JULGAMENTO**

A classificação far-se-á pela ordem crescente dos preços propostos e aceitáveis, entre os licitantes que tiverem atendido às Especificações e Anexos do Edital, dessas, será declarada vencedora a que ofertar o **MENOR PREÇO POR LOTE**.

Para efeito do valor a ser cotado pela contratada, a licitante deverá observar todos os parâmetros, condições e exigências deste Termo de Referência, sendo de inteira responsabilidade da Contratada, todos os encargos, tributos e contribuições, tais como: impostos, taxas, emolumentos, seguros, encargos sociais ou outros que decorram direta ou indiretamente do contrato, bem como oriundos de quaisquer acidentes e/ou danos causados à Contratante ou a terceiros.

**6. APRESENTAÇÃO DO PREÇO**

A licitante deverá apresentar sua Proposta de Preços atualizada, com os respectivos valores em papel timbrado da empresa, devidamente assinada e rubricada pelo representante legal, com local e data, contendo:





## CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

- a. O valor total em Real (R\$), com o máximo de duas casas decimais, sobre os valores ofertados apresentando:
  - i) As planilhas com os respectivos valores unitários e totais de cada item;
  - ii) Os valores mensais e totais para 12 meses de cada lote;
- b. O prazo de entrega dos produtos, contados a partir da data de solicitação;
- c. Nome e assinatura do representante legal da empresa;
- d. Dados cadastrais da empresa (CNPJ, endereço, número de telefone e e-mail para contato);
- e. O prazo de validade da proposta, não inferior a 30 (trinta) dias, contados da data de sua apresentação.

### 7. PAGAMENTO

O pagamento dar-se-á pelo Departamento de Finanças da Câmara Municipal do Recife, de forma parcelada, conforme solicitação do setor responsável, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da entrega dos produtos, condicionado, todavia, à juntada simultânea dos seguintes documentos:

- Nota Fiscal/ Fatura original da Contratada devidamente atestada pelo fiscal do contrato;
- Certidões de Regularidade com os tributos federais, estaduais e municipais pertinentes.

### 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Fornecer os produtos em total conformidade com o disposto neste Termo de Referência, conforme autorização e orientação da CONTRATANTE;
- 8.2. Indenizar quaisquer prejuízos causados à CONTRATANTE em decorrência da não observância do disposto no presente contrato;
- 8.3. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.4. Manter preposto, indicado na proposta e aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do contrato, informando, previamente, eventuais mudanças e indicando o substituto;
- 8.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução;
- 8.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE sobre os objetos ofertados, bem como comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente.

### 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Efetivar a satisfação do crédito da Contratada, nos precisos termos dispostos no presente contrato;
- 9.2. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela Contratada e, pertinentes ao objeto do presente contrato;





## **CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO**

9.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste contrato através do Fiscal de Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário.

### **10. FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A execução dos serviços será fiscalizada pelo fiscal do contrato a ser designado mediante Termo pelo Primeiro Secretário. O fiscal anotará em livro próprio os acontecimentos considerados relevantes, bem como as providências tomadas para sanar as anormalidades identificadas.

### **11. VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

### **12. INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

Quaisquer informações adicionais poderão ser fornecidas junto à Unidade de Material e Patrimônio, através do telefone (81) 3301-1243 e do endereço eletrônico [patrimoniocmrecife@gmail.com](mailto:patrimoniocmrecife@gmail.com), no horário das 08:00h às 17:00h, para dirimir dúvidas ou solicitar os estabelecimentos necessários quanto ao objeto a ser contratado, bem como demais observações pertinentes.

Recife, 18 de abril de 2023.

**AIRTON TEÓDULO DA S. JÚNIOR**  
Coordenador da Unidade de Material e Patrimônio





**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE  
COMISSÃO DE PREGÃO**

**PROCESSO Nº 1260/2023/SCG  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2023**

**ANEXO II**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO  
(EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)**

Declaro, sob as penas da lei, que a empresa \_\_\_\_\_ possui os requisitos necessários para habilitação no processo licitatório instaurado na modalidade Pregão Eletrônico nº 008/2023.

Local, de de 2023.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Licitante ou do representante legal)





**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE  
COMISSÃO DE PREGÃO**

**PROCESSO Nº 1260/2023/SCG  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2023**

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA  
(EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)**

Declaro, sob as penas da lei, que inexistem fatos impeditivos supervenientes, que inabilitem a empresa \_\_\_\_\_, a participar de processos licitatórios ou contratar com os órgãos públicos da Administração Direta/Indireta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e de Sociedades de Economia Mista, Federais Estaduais e Municipais.

Local, de de 2023.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Licitante ou do representante legal)





**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE  
COMISSÃO DE PREGÃO**

**PROCESSO Nº 1260/2023/SCG  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2023**

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGO DE MENORES**

Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, estabelecida no endereço \_\_\_\_\_, não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como que não emprega menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
*(representante da empresa e carimbo CNPJ)*





**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE  
COMISSÃO DE PREGÃO**

**PROCESSO Nº 1260/2023/SCG  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2023**

**ANEXO V**

**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO MENSAL DE ÁGUA MINERAL, AÇÚCAR E CAFÉ, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE E \_\_\_\_\_, NA FORMA ABAIXO.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE**, órgão do Poder Legislativo do Município do Recife, com sede à Rua Princesa Isabel, nº 410, nesta cidade do Recife/PE, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.903.189/0001-34, daqui por diante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada, pelo seu Presidente, Vereador **ROMERO JATOBÁ CAVALCANTI NETO**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o n.º 064.334.034-33, portador da cédula de identidade n.º 6.698.520-SDS/PE, residente e domiciliado nesta cidade e pelo Primeiro Secretário, Vereador **RAFAEL ACIOLI MEDEIROS**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF/MF, sob o n.º 073.972.684-63, portador da cédula de identidade n.º 543.654-2-SDS/PE, residente e domiciliado nesta Cidade, e a Empresa \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, bairro, Cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por \_\_\_\_\_, brasileiro, solteiro, profissão, inscrito no CPF/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, portador da cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_ SSP/PE, residente e domiciliado na cidade de \_\_\_\_\_, celebram o presente Contrato, vinculado ao Processo Administrativo nº 1260/2023/SCG, instaurado na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2023**, tudo de conformidade com as disposições constantes das Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, mediante as cláusulas e condições que mutuamente outorgam e estabelecem na forma adiante articulada.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente instrumento a Contratação de empresa especializada para fornecimento de água mineral, açúcar e café e grãos, à Câmara Municipal do Recife, pelo período de 12 (doze) meses, tudo de acordo com as especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência, do Edital, bem como na Proposta de Preços da CONTRATADA, que constituem partes integrantes do presente Contrato e ao qual se acham indissolúvelmente vinculados, independentemente de sua transcrição neste instrumento.





## CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (xxxxxxxxxxxxx), fixo e irrevogável.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento dar-se-á, mensalmente, pelo Departamento de Finanças da Câmara Municipal do Recife, de acordo com a comprovação da prestação dos fornecimentos dos produtos, correspondentes a cada mês, de conformidade com o especificado no Item 7, do Termo de Referência, Anexo I, do Edital de licitação, e será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês de vencimento, mediante a apresentação, pela empresa contratada, da nota fiscal dos produtos fornecidos, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento fica condicionado ainda à apresentação, pela **CONTRATADA**, ao Departamento de Finanças da **CONTRATANTE**, dos documentos abaixo relacionados e relativos ao mês anterior da prestação dos serviços:

- a) documento fiscal (Nota Fiscal) devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário;
- b) certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidão negativa de débitos junto à fazenda estadual ou distrital do domicílio sede da CONTRATADA;
- d) certidão negativa de débitos junto à fazenda municipal do domicílio sede da CONTRATADA;
- e) certidão de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- g) poderão ainda ser requeridos outros documentos complementares relativos ao cumprimento dos encargos trabalhistas e previdenciários.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O preço será fixo e irrevogável, para um período de 12 (doze) meses.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS E LOCAL DOS FORNECIMENTOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Empresa vencedora deverá atender aos prazos disciplinados no Item 4, do Termo de Referência - Anexo I, do Edital.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os fornecimentos deverão ser realizados nas dependências da Câmara Municipal do Recife, na forma definida no Termo de Referência - Anexo I, do Edital.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Todas as despesas relativas ao fornecimento (tais como material, mão-de-obra, encargos, impostos e frete, etc.) correrão por conta da Contratada.

### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogado.

### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA





## CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

Os recursos alocados para a execução deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº 01. 01. 2.002 3.3.90.30, mediante Nota de Empenho nº 2023.\_\_\_\_\_, emitida em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2023.

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas para o exercício(s) subsequente(s) serão submetidas à dotação orçamentária própria, prevista para o atendimento da presente finalidade consignada na proposta orçamentária da CONTRATANTE para o referido exercício.

### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Constituem obrigações da CONTRATADA, além das disposições previstas no item 8, do Termo de Referência – Anexo I, do Edital, e na Lei Federal nº 8666/93:

6.1.1 – executar o objeto em total conformidade com o disposto no edital e anexos, conforme autorização e orientação do Fiscal do Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário da Contratante;

6.1.2 – indenizar quaisquer prejuízos causados à CONTRATANTE em decorrência da não observância do disposto no presente contrato;

6.1.3 – manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.4 – manter preposto, indicado na proposta e aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do contrato, informando, previamente, eventuais mudanças e indicando o substituto;

6.1.5 – reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução;

6.1.6 – assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e trabalhistas, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

6.1.7 - prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Unidade de Material e Patrimônio sobre os objetos ofertados.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Constituem obrigações da CONTRATANTE, além das disposições no item 8, do Termo de Referência – Anexo I, do Edital, e na Lei Federal nº 8666/93:

7.1.1 – efetivar a satisfação do crédito da CONTRATADA, nos precisos termos dispostos no presente instrumento;

7.1.2 – prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e, pertinentes ao objeto do presente contrato;

7.1.3 – acompanhar e **FISCALIZAR** através do Fiscal do Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário desta Casa Legislativa a execução do objeto deste contrato.

### CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES





## **CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO**

As alterações porventura necessárias ao fiel cumprimento do objeto deste Contrato serão efetivadas na forma e condições do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93, formalizadas previamente por Termo Aditivo, que passará a integrar este Contrato.

### **CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES**

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou reduções do serviço em até vinte e cinco por cento (25%), de acordo com o artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

A execução do objeto será acompanhada pelo Fiscal do Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário da CONTRATANTE, que deverá, após conferir e aprovar, atestar as faturas referentes ao fornecimento dos equipamentos e serviços, objeto deste Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DAS PENALIDADES**

Com fundamento no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002, a licitante ficará impedida de licitar e contratar com a Câmara Municipal do Recife e será descredenciada, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 20% (vinte por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) Apresentar documentação falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Falhar na execução do contrato/Ata de Registro de Preços;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Deixar de entregar documentação exigida no contrato;
- f) Cometer fraude fiscal;
- g) Fizer declaração falsa;
- h) Deixar de cumprir as obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Pela infringência a qualquer das cláusulas aqui ajustadas, bem como aos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e, notadamente, quando atestar o objeto deste contrato, a CONTRATANTE verificar incorreções resultantes da execução dos serviços, será aplicada multa contratual correspondente a até 20% (vinte por cento) do preço total deste contrato, assegurada a prévia defesa, devendo o respectivo valor ser recolhido pela CONTRATADA ao Departamento de Finanças da CONTRATANTE no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da notificação da penalidade, sem prejuízo da rescisão por parte da CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA RESCISÃO**

A inexecução total ou parcial deste Contrato dará ensejo à sua rescisão, assegurada a ampla defesa e observadas as disposições deste Contrato e da Lei nº 8.666/93, notadamente nos artigos 77 a 80, sem prejuízo das demais penalidades determinadas em lei e neste instrumento.





**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE  
COMISSÃO DE PREGÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO FORNECIMENTO**

Os fornecimentos, objeto do presente Contrato, serão efetuados na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, tipo menor preço global por lote.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DOS DOCUMENTOS**

Faz parte integrante deste Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos, devidamente rubricados pelas partes: o Edital do Pregão Eletrônico nº 008/2023 e seus Anexos, o Termo de Homologação, o Termo de Adjudicação e a Proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DO FORO**

As partes contratantes elegem o Foro da Cidade do Recife, Comarca da Capital do Estado de Pernambuco, como o competente para dirimir as questões suscitadas na execução deste Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que se configure.

E, por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, para um único efeito de direito, juntamente com as testemunhas abaixo subscritas, sendo a seguir registrado em livro próprio da Procuradoria Legislativa, conforme dispõe o art. 60, da Lei Federal nº 8.666/93.

Recife, de de 2023.

**ROMERO JATOBÁ CAVALCANTI NETO**

Presidente da Câmara Municipal do Recife

**CONTRATANTE**

**RAFAEL ACIOLI MEDEIROS**

Primeiro Secretário da Câmara Municipal do Recife

**CONTRATANTE**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

<nome da empresa>

**CONTRATADA**

Procuradoria Legislativa

**TESTEMUNHAS:**

1. Assinado digitalmente por \_\_\_\_\_  
CPE/CA DE FÁTIMA DA  
GRANJA DOS SANTOS  
Data: 10/07/2023 08:57

2. \_\_\_\_\_  
CPF/MF nº \_\_\_\_\_

